Política

CONSTITUINTE

Já existe uma fusão de todas as emendas que tratam da anistia de débitos. Mas o governo quer se antecipar: a preocupação dominante é com o custo de todas as anistias.

Microempresas: Sarney pode dar a anistia.

O presidente Sarney pode sair com um decreto-lei, antes de qualquer decisão da Constituinte, anistiando os débitos dos micros e pequenos empresários e pequenos e médios agricultores. Era esse o discurso de quase todos os parlamentares que estiveram ontem no Palácio do Planalto para conversar com o presidente. O fato é que, se o governo não se antecipar, a anistia será inapelavelmente aprovada pela Constituinte e de forma muito mais ampla, disse o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) a Sarney. O presidente, na opinião do deputado Oswaldo Coelho (PFL-PE), deverá editar um decreto congelando a correção monetária de forma diferenciada, de acordo com a situação de cada região do País.

Ontem à noite, Sarney reuniu-se com os ministros Maílson da Nóbrega, da Fazenda, e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, para discutir as alternativas que o governo tem para enfrentar a fusão de emendas que será votada anistiando as dívidas dos microempresários e pequenos agricultores. Além dos ministros participaram da reunião os líderes do governo e do PFL na Constituinte: senadores Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha e os deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço. Ninguém quis falar depois da reunião, mas se informou extra-oficialmente que o Planalto ainda não chegou a uma conclusão sobre o assunto.

Pela manhã, depois de participar do encontro do presidente Sarney com alguns parlamentares, o ministro Ronaldo Costa Couto afirmou que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, deverá apresentar à Constituinte uma alternativa para essa anistia, englobando uma solução suportável pelo Tesouro e que permita a recuperação das empresas viáveis, "porque as inviáveis não adianta". Essa proposta, segundo o ministro, seria a de identificar um limite máximo de recursos que o Tesouro pudesse destinar para essa finalidade e depois ser examinado caso a caso. Esse limite, de acordo com Costa Couto, pode até passar de 50 milhões de OTNs (aproximadamente 66 bilhões de cruzados).

A Mesa Constituinte recebeu ontem, finalmente, a fusão de emendas apresentada pelos senadores Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Humberto Souto (PFL-MG), e os deputados Nelson Aguiar (PDT-ES) e Ziza Valadares (PMDB-MG), e foi dada a garantia a eles de que ela só será votada na próxima terça-feira, para quando programaram uma grande mobilização popular.

Os autores da fusão continuam questionando os números apresentados pelo Ministério da Fazenda de que o valor estimado para pagar os débitos seria de dez bilhões de dólares. O deputado Nelson Aguiar, inclusive, chegou a escrever no plenário: "Se de fato a correção custa mesmo dez bilhões, do outro lado do balcão há um bando de ladrões".

A fusão de emendas prevê que não incidirá correção monetária sobre os débitos, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por estabelecimentos bancários e instituições financeiras às micro e pequenas empresas e pequenos e médios produtores rurais, contraídos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987 e que foram aplicados em suas verdadeiras atividades.

Os constituintes se apressaram em fazer a fusão por causa da "contra-informação" que estava crescendo. Surgiram até fusões de emendas que não eram assinadas por eles.

"Nós não estamos nos juntando ao governo", fez questão de explicar o líder do PCB, Roberto Freire, acrescentando: "O que defendemos é que seja, pelo menos, feito um plano de recuperação dessas empresas, que não conte com as benesses do contribuinte". E ainda ironizou: "Os capitalistas têm de aprender a assumir o risco de seus negócios. É preciso acabar com esse negócio de privatizar os lucros e socializar os prejuízos".

Fotos: Duca Lessa.

Calmon e Caiado: quem paga a conta?

O governo faz contas: quanto custa a volta dos grevistas?

O presidente Sarney está muito preocupado com a repercussão da decisão da Constituinte de anistiar os servidores das estatais. Ao dar a informação, ontem, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, disse que o presidente já pediu ao Ministério da Fazenda para fazer os cálculos desse impacto sobre os cofres públicos. O ministro destacou que a medida incidirá também sobre os governos estaduais e municipais.

— É preciso ter em conta a cota que recai sobre a sociedade quando se toma essas decisões — disse Costa Couto ao destacar a preocupação de Sarney. — Que fique bem claro que o presidente Sarney não paga coisa alguma. Quem paga é o povo. Nós, governo, não pagamos. O dinheiro é dos contribuintes, é do povo.

Anistia, segundo Costa Couto, é sempre uma medida "simpática". Mas ele acha, conforme afirmou, que nesses casos é preciso adotar medidas viáveis. Em termos de intenção, de justiça, entretanto, o ministro acha que ninguém pode criticar a decisão da Constituinte.

A Coordenação do Movimento Unificado das Estatais calculou ontem que 2.500 pessoas poderão pedir a reintegração ao trabalho — embora se fale em até 9 mil. Mas estima que grande parte dos beneficiados não vai reclamar seu direito: muita gente já está em empresas melhores e não teria interesse em voltar ao serviço público.

Os que voltarem não receberão qualquer compensação pelo tempo de afastamento. Esse tempo também não será contado para a concessão de benefícios, como qüinqüênios e promoções — apenas para a aposentadoria. Os principais beneficiários são os funcionários dos Correios (que fizeram greves em 1985 e 1986), aeronautas e aeroviários da Vasp e funcionários da Cosipa e da Siderúrgica Nacional.

Calmon e Caiado: um diálogo ríspido.

"Que bom que vocês dois estão juntos. É sinal de que vão se entender, disse o deputado José Lourenço, líder do PFL, ao cruzar em um dos corredores do Congresso com o presidente da UDR-União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, acompanhado do ex-ministro e o proprietário do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá. Engano: a conversa entre os dois foi breve e, apesar de cordial, nada conciliadora.

— Quem vai pagar a conta desta proposta de vocês? — indagava Calmon a Caiado, referindo-se à fusão das emendas que eliminam a correção monetária da dívida contraída durante o Plano Cruzado pelos pequenos e médios agricultores e micro e pequenos proprietários.

— São vocês que, indevidamente, cobraram correção monetária dos agricultores. Onde foi parar esse dinheiro?

Calmon prontamente respondeu:

— Sei lá onde está esse dinheiro, foi aplicado em alguma coisa, e será impossível dizer onde.

Caiado, não menos ríspido, concluiu:

— Pois então procurem, porque é de lá que vai sair o dinheiro para pagar esta conta.

Caiado estava "indignado" com a pressão dos banqueiros e com os seus argumentos. Ele lembrou que os agricultores até 1982 não pagavam correção monetária sobre seus empréstimos porque existia uma lei que impedia essa cobrança. Mas, veio uma resolução do Conselho Monetário Nacional que passou a cobrar isso, "que é ilegal e absurdo" — prosseguiu ele, acrescentando que dessa forma, os bancos se apoderaram de 25 bilhões de cruzados nos últimos seis anos. P"por isso — completou — não queremos anistia, queremos apenas que nossos direitos sejam reconhecidos porque senão ganharemos tudo na Justiça, apesar das ameaças dos banqueiros."

Foto: Protásio Mãna.

Newton, feliz na comilança da unidade mineira.

A noite em que o angu e a costeleta uniram Minas

Tudo pela unidade. Se não ainda a política, pelo menos a geográfica, contra a criação do Estado do Triângulo Mineiro. Este foi o tom do jantar de 780 talheres patrocinado pela primeira-dama mineira Maria Lúcia, anteontem no Clube do Congresso, em Brasília, formalmente para angariar fundos para a barraca de Minas na Feira dos Estados. O governador Newton Cardoso era todo sorrisos ao centro da mesa principal, tendo ao lado os ministros Bayma Dennys, do Gabinete Militar; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Paulo Brossard, da Justiça; João Batista de Abreu, do Planejamento; Aureliano Chaves, das minas e Energia; e Prisco Viana, da Habitação.

"Tudo é possível nesse PMDB que aí está. Até o Newton Cardoso ser candidato a presidente da República", ironizava o deputado Pimenta da Veiga, que é favorável à unidade geográfica em Minas mas contrário à unidade política: ele vai ingressar no novo partido a ser formado pelos dissidentes do PMDB para concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte contra o candidato de Newton. Talvez por isso Pimenta tenha sido discriminado na distribuição de doses de uísque importado Dimple ou Johnny Walker. Solícitos, os garçons passavam a cada instante de mesa em mesa, mas ao largo dos dissidentes.

"Aécio, vem salvar a gente", implorava Pimenta da Veiga, que estava acompanhado de outros dissidentes. Sob a "proteção" do deputado Aécio Neves, neto de Tancredo, que votou pelos cinco para Sarney e é o provável candidato de Newton à Prefeitura de Belo Horizonte, os dissidentes puderam beber e comer à vontade.

Apenas um prefeito do Triângulo mineiro estava presente, o de Uberaba, Wagner Nascimento, conhecido como "Fuscão Preto", que foi condenado a dez anos de prisão por desvio de verbas mas está em liberdade graças a um **habeas corpus**. Ele se dizia orgulhoso de ser "o único prefeito do Triângulo contrário à criação do novo Estado", acrescentando: "Tem uns dez prefeitos por aqui, mas só eu do Triângulo". Alguém por perto não resistiu: "Será que o Anibal Teixeira também veio?"

Os dois pontos altos da festa foram a cozinha de "dona Lucinha do Serro" e o coral de Diamantina, cantando várias vezes "Peixes Vivo", para deleite da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), filha de um notório pé-de-valsa mineiro que adorava essa música: o ex-presidente JK. Até Pimenta da Veiga teve que elogiar a qualidade do frango ao molho pardo, da couve à mineira ao angu (ou polenta, para os paulistas) e da costeleta de porco com talos de samambaia selvagem — um prato importado da África.

Aureliano Chaves e Newton Cardoso conversaram a noite inteira longe de ouvidos indiscretos espalhados pelas dezenas de mesas do salão, o que valeu um comentário do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que foi aos três jantares realizados em Brasília, em um mês, para tentar manter a unidade do Estado: "É sempre assim lá em Minas. Na hora "h", junta todo mundo. Vocês vão ver na sucessão presidencial...".

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforço de caixa quase imediato para Estados e municípios

Os novos princípios tributários de redistribuição do produto da arrecadação de impostos pela União aos Estados e municípios serão aplicados imediatamente após a promulgação da Carta. A decisão foi adotada, ontem, pela Constituinte, por 343 votos a favor, apenas um contra e quatro abstenções. Os princípios constam da parte permanente do texto constitucional e, não tivesse sido aprovada disposição transitória regulando o assunto, eles só entrariam em vigor a partir de 1º de janeiro do próximo ano, dependendo também de disciplina legal.

Com a aplicação da nova sistemática, ainda este ano, caso a Constituinte termine seus trabalhos em 88, os Estados e municípios terão melhorada substancialmente sua situação financeira. Com isso, os governadores e prefeitos poderão deixar de ficar implorando recursos ao poder central, o que naturalmente resultará em maior autonomia política.

A medida resultou de fusão de emendas de vários parlamentares que dispõem também sobre a entrada em vigor do novo sistema tributário nacional a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da nova Carta, mas não antes de 1º de janeiro do próximo ano. Até lá, será mantido o sistema da Constituição de 67, com a redação dada pela emenda nº 1 de 1969 e pelas demais emendas que posteriormente a modificaram.

A partir da promulgação da Constituição, a União poderá instituir impostos desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos discriminados pelo texto constitucional, bem como contribuições sociais e empréstimos compulsórios. Também a partir dessa data, a União poderá cobrar ICM sobre combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, acabando assim com o imposto único sobre esses produtos. Haverá ainda a destinação de 3% da arrecadação da União para aplicação em programas de financiamento no setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em substituição ao Finor, Finan e Fiset. A Constituinte aprovou ainda a implantação gradual dos Fundos de Participação dos Estados e dos municípios.

Ouro

A Constituinte já havia incluído, na parte permanente da futura Carta, a cobrança do ICM sobre o ouro, mas a fusão de emendas ontem aprovada suspendeu a taxação enquanto o ouro for negociado como ativo financeiro, em operações de Bolsa, ou instrumento cambial. Nesses casos, será apenas cobrado um imposto federal, o imposto sobre operações financeiras, de, no máximo, 1%, assegurada a transferência de 30% do resultado da arrecadação para os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, e de 70% para os municípios.

Seria o mais longo *trem da alegria*. Mas foi evitado.

A Constituinte conseguiu, ontem, retirar do texto preliminarmente aprovado do Centrão (uma repetição do que constava também do projeto da Comissão de Sistematização) o dispositivo que assegurava aos substitutos, nos cartórios, investidos na função até a data da instalação da Assembléia Nacional, o direito de assumir o cargo do titular no caso de vacância.

Esse seria, segundo o senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), "o mais longo trem da alegria da história, pois começaria neste século e entraria no outro". Até no ano 2000, a seu ver, ainda haveria substitutos com direito a vagas dos titulares.

Por 256 votos a favor, contra 81 e 27 abstenções, a Constituinte também rejeitou uma fusão de emendas de autoria dos deputados Sigmaringa Seixas (PMDB) e Augusto Carvalho (PCB) e dos senadores Pompeu de Sousa (sem partido) e Maurício Correia (PDT), que marcava eleições de governador e deputados no Distrito Federal em 15 de novembro próximo, com posse dos eleitos em 1º de janeiro de 89, para um mandato-tampão de dois anos.

Por 368 votos, contra 26 e sete abstenções, a Constituinte aprovou ainda que os atuais deputados federais e estaduais eleitos vice-prefeitos, se convocados a exercer a função de prefeito, não perderão o mandato parlamentar.

COMPROVE!

Brindes sofisticados em couro ou courvim com preços realmente acessíveis.

Criamos qualquer artigo nestes materiais.

• Calculadoras avulsas ou anexas em carteiras ou porta-cheques • Bolsa Turismo • Pastas p/reuniões e convenções.

ARTE E GRAVAÇÕES GRATUITAS.

Não estabelecemos limite de quantidade.

A.H.G. BRINDES
Tel.: 35.8328

Leia e Anuncie • jornal da tarde

ESTE ENCONTRO TEM IMPORTÂNCIA CAPITAL PARA VOCÊ.

ENTREGA DO PRÊMIO ABAMEC.

Sexta-feira, dia 17, será realizada a entrega do Prêmio Abamec. No Esporte Clube Pinheiros, a partir das 16:30h.

Entre as personalidades convidadas, estarão o Ministro da Fazenda, Dr. Mailson da Nóbrega, que fará um discurso homenageando os premiados, e o convidado especial, Sr. Heródoto Barbeiro, Diretor de Jornalismo do Sistema Globo de Rádio, que fará a apresentação da solenidade.

Sintonize na Excelsior, que ela põe você em sintonia com o mundo dos negócios.

RÁDIO EXCELSIOR 760 KHz

RÁDIO ELDORADO RIO 1180 KHz

A Rádio Excelsior-AM São Paulo transmitirá o evento para São Paulo, e para o Rio de Janeiro através da Rádio Eldorado-AM.